

REGIMES AUTORITÁRIOS EM ÁFRICA: O CASO DA GUINÉ EQUATORIAL

Rodrigo Vaz

Abstract:

Authoritarian regimes formed a big part of the African political landscape for several decades since African countries got their independence. With the third wave of democratization, that landscape began to suffer some changes and several authoritarian regimes became hybrid or even democratic ones. However, some countries kept their authoritarian regimes as closed and repressive as before. Equatorial Guinea is one of those cases. This essay aims at, after analysing a wide range of academic literature on authoritarian regimes, understand how – and why – Equatorial Guinea kept the same authoritarian regime, with a transition to an hybrid or even a democratic regime not in sight for the near future.

Key Words: Authoritarian regimes, Africa, politics

Resumo

Os regimes autoritários constituíram uma grande parte da paisagem política de África durante largas décadas, desde que os países africanos foram conquistando a independência. Com a terceira onda de democratização, essa paisagem começou a mudar e muitos regimes autoritários passaram a regimes híbridos ou, até, a democracias. No entanto, alguns – poucos – países conservaram regimes autocráticos fechados, com os mesmos níveis de repressão de antes. A Guiné Equatorial é um desses regimes. Este ensaio pretende, depois de analisar um campo vasto da literatura sobre regimes autoritários e as suas causas e consequências, perceber como – e porquê – a Guiné Equatorial manteve o mesmo regime autoritário, sem sinais de sofrer uma transição para um regime híbrido ou até democrático no futuro próximo.

Be brief, we have to do in decades what Europe achieved in centuries.

Poster num escritório governamental nos Camarões em 1971

The problem is not so much that development [in Africa] as failed as it was never really on the agenda in the first place.

Claude Ake

State radio in Equatorial Guinea reported on July 16, 2003, that President Nguema is in permanent contact with the Almighty and that he can decide to kill without anyone being able to hold him accountable and without him going to Hell.

Goran Hyden

Estado da Arte

Desde que os primeiros países africanos conseguiram a independência, a sua história tem sido marcada por uma acentuada instabilidade política, com vários golpes de estado, governos de juntas militares e ditaduras de um só partido a assombrarem a instauração de regimes democráticos no continente. Segundo a Freedom House, em 1973 (data da primeira publicação da *Freedom of the World*) 70% dos regimes políticos da África subsariana eram considerados como não-livres, em contraste com a percentagem global de 43% no mesmo ano.

Em função disso, muito tem sido escrito sobre regimes autoritários⁴¹⁷. Collier e Levitsky (1997) referem que, como resultado da terceira vaga de democratização, proliferaram os regimes que não são nem democráticos nem completamente autoritários e referem a emergência de regimes híbridos, que intitulam de “democracias com adjetivos”. No mesmo sentido, Bogaards (2009) regista um aspecto que já vem sendo tratado por outros académicos (Diamond, 2002) e aponta cinco tipos de regime: democracia funcional, democracia defectiva, autoritarismo eleitoral, autoritarismo fechado e totalitarismo.

Hadenius e Teorell (2006), num estudo extensivo sobre diferentes tipos de autoritarismo, concluem que o regime autoritário mais propenso a uma transição para a democracia é o regime autoritário multipartidário limitado, o que, como os próprios autores indicam, não é surpreendente visto que este obriga a um nível mínimo de abertura e contestação de liberdade política, mesmo que rudimentar. Estas conclusões vão ao encontro das conclusões de outros autores como Bratton e van der Walle (1997), quando estes referem que a transição para a democracia é muito mais facilitada num regime autoritário em que a competição é, ainda que de modo frágil, permitida. Ainda relacionada com as razões que levam alguns regimes autoritários a serem mais resistentes à mudança que outros, encontramos a análise de Gandhi e Przeworski (2007) que, sobre a resiliência de alguns autocratas no poder assinalam a importância das instituições políticas. Como Gandhi e Przeworski explicam, em situações de necessidade, os líderes destes regimes autoritários vêm-se na necessidade de se apoiarem numa instituição que lhes garanta algum suporte, seja um partido capaz de mobilizar apoio popular, um Parlamento que inclua alguns membros da oposição ou, até, um regime que permita vários partidos, embora, como já vimos com Hadenius e Teorell (2006), esta última solução possa já mais facilmente servir de ponte transitória para um regime democrático. No mesmo sentido, também Geddes (2006) estudou as funções dos partidos e das eleições em regimes autoritários, que fazem da presença destes elementos mais do que uma simples homenagem do vício à virtude.

Outros estudos focam-se na relação entre autoritarismo e crescimento económico. Um dos aspectos mais interessantes da literatura sobre este capítulo é a constatação de que estudos sobre regimes políticos e crescimento económico de há algumas décadas atrás eram mais complacentes com regimes autoritários do que estudos mais actuais. Dick (1974), num estudo sobre a questão de regimes autoritários serem ou não mais adequados ao crescimento económico, cita Bhagwati (1966), com este último a afirmar que os estados subdesenvolvidos enfrentam uma escolha cruel entre crescimento económico rápido e o processo democrático. No entanto, esta visão está ultrapassada: em estudos actuais, como o de Harber (2002), é defendido que os regimes autoritários atrasaram o crescimento económico devido a seis principais razões: em primeiro lugar, o autoritarismo é propício ao florescer da corrupção; em segundo, é marcado pela violência e pelo eclodir de guerras civis e conflitos; em terceiro lugar, no caso dos regimes autoritários comandados por militares (mas não só), faz com que os gastos com o sector da defesa ocupem grande parte da despesa do estado. Em quarto lugar, os regimes autoritários criam, ainda, um clima de intimidação e repressão, o que anula o debate sobre possíveis soluções para o problema do subdesenvolvimento. O papel das elites explica os dois últimos

⁴¹⁷ Apesar de, como refere Smith (2005), com a queda dos regimes democráticos na América Latina na década de 1970, mais ter sido escrito sobre transições para a democracia, visto que para os académicos os regimes autoritários foram perdendo interesse.

factores: para além dos problemas da população serem muitas vezes ignorados pelas elites que comandam os regimes autoritários, estas elites são, muitas vezes, urbanas. Ora, segundo Harber, porque a maioria da população africana vive em áreas rurais, um regime democrático faria transparecer esta realidade na composição das elites governativas; numa ditadura, no entanto, as elites não se preocuparão com estes problemas. Outros artigos salientam a relação entre mudanças de regime e níveis de riqueza ou crises económicas: Jensen e Watchekon (2004) concluem que entre 1975 e 1990, os países ricos em recursos naturais tenderam a ter regimes mais autoritários, bem como maiores níveis de corrupção. Uma conclusão semelhante é apresentada por Smith (2004), ao afirmar que os países exportadores de petróleo são menos propensos a mudar de regime.

O continente africano, como já referimos, conheceu em vários dos seus países longas experiências autoritárias. Como recorda Young (2010), nenhum governo mudou de mãos através de eleições até 1991. Meredith (2005) acrescenta que quando o senegalês Abdou Diouf aceitou a sua derrota eleitoral e cedeu o lugar a Abdoulaye Wade em 2000, foi apenas o quarto presidente africano a fazê-lo. Uma explicação avançada por vários autores, entre os quais Ake (1996), que atribui a instalação de regimes autoritários a uma retórica de desenvolvimento que exigia que, para atingir rapidamente o progresso económico, não poderia haver divergências a nível político. Este discurso de desenvolvimento, como Ake (1996) aponta, teve como modelo o desenvolvimento ocidental – como o autor refere, “*African leaders (...) argued that now that independence had been won, the overriding task was development, without which political independence could not be consolidated*”. Young (2010) alude a um elemento que corrobora esta tese. Ao referir a visita do antropólogo holandês Peter Geschiere a uma aldeia nos Camarões, em 1971, conta que este encontrou num escritório governamental um poster que dizia “*Be brief, we have to do in decades what Europe achieved in centuries*”. Como explica Young (2010), muitos estados africanos instituíram um regime autoritário de partido único, justificado pela necessidade urgente de crescimento e progresso económicos⁴¹⁸.

Neste ensaio iremos abordar o regime autoritário da Guiné Equatorial. O continente africano conheceu vários regimes autoritários desde que os seus estados se tornaram independentes. No entanto, a partir de 1989, a onda iniciada pela queda do muro de Berlim e da URSS provocou também o fim de alguns regimes autoritários africanos (Bratton, 1997). Nem todos estes regimes se transformaram em regimes de democracia multipartidária, mas, na sua grande maioria, tornaram-se no mínimo nos regimes híbridos referidos acima (Diamond, 2002; Bogaards, 2009): segundo a Freedom House, em 1988, 32 países africanos eram considerados não-livres, o que corresponde a 70% do total; em 1994, eram 23 (48%). O número de regimes considerados livres quadruplicou: de 2 (4%) em 1988, passou para 8 (17%) em 1994. Os regimes parcialmente livres, que eram 12 (26%) em 1988, passaram a ser 17 (35%) em 1994. A Guiné Equatorial manteve-se, no entanto, como um regime autoritário, que conserva desde 1973 (data da primeira análise da *Freedom House*) um *rating* que varia entre o 6 e o 7⁴¹⁹. Depois de fazermos um breve contextualização histórico-política do país, analisaremos o sistema político e o respeito pelas liberdades políticas e civis da Guiné Equatorial.

Case Study: Guiné Equatorial

Enquadramento histórico-político

A Guiné Equatorial tornou-se independente de Espanha em 1968. O seu primeiro presidente foi Francisco Macías Nguema. Com um discurso fortemente anti-espanhol, a grande maioria da população espanhola de 7000 pessoas, que tinha optado por ficar na Guiné Equatorial, saiu do país até Março de 1969. Nguema embarcou, então, numa espiral de violência que só terminou com a execução de 10 dos 12 ministros do seu primeiro governo. Muito mais expressivo da violência no país é o facto

⁴¹⁸“*If the over whelming challenge was to ‘develop’, political opposition was a luxury the new states could illafford*” (Young, 2010, p. 59)

⁴¹⁹Numa escala em que 1 corresponde ao nível mais livre e 7 ao menos livre.

de, numa população de 300 000 pessoas, pelo menos 50 000 terem sido executadas e 125 000 procurado exilar-se (Meredith, 2005). Economicamente, o país estava de rastos: os ministérios não tinham qualquer orçamento e simplesmente encerraram os seus escritórios na capital, Malabo; em 1976, o banco central foi também encerrado e o seu director executado publicamente.

A 3 de Agosto de 1979, o sobrinho de Macías, o coronel Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, que era já comandante da Guarda Nacional e director nacional do sistema prisional, levou a cabo um golpe de estado e afastou o tio do poder. Francisco Macías Nguema foi julgado num cinema, em Malabo, em Setembro de 1979 e executado.

O coronel Obiang manteve, no entanto, os altos níveis de repressão política no país. Em 1991, sob pressão internacional, instaurou um regime multipartidário, mas os números das várias eleições que se realizaram desde então são considerados fraudulentos pelos observadores internacionais, com o Partido Democrático da Guiné Equatorial (PDGE) de Obiang a ganhar todas as eleições, apresentando resultados entre os 95 e os 100 por cento⁴²⁰ (segundo dados da *African Elections Database*), em coligação que juntou outros 9 pequenos partidos.

Sistema Político e Eleitoral

A Guiné Equatorial é uma República Presidencial. O poder executivo cabe ao Presidente, que é o Chefe de Estado e que tem a seu cargo a nomeação do Primeiro-Ministro. O Presidente é eleito para mandatos de 7 anos, renováveis ilimitadamente, por sistema maioritário. O poder legislativo é da responsabilidade da Câmara dos Representantes do Povo, eleita por mandatos de cinco anos⁴²¹, enquanto o poder judicial é assegurado pelo Supremo Tribunal, cujos membros são nomeados e removidos pelo Presidente.

Respeito pelos direitos políticos e liberdades civis

Ano	Direitos Políticos	Liberdades Civis	Conclusão
1975	6	7	NF
1980	7	6	NF
1985	7	7	NF
1990	7	7	NF
1995	7	7	NF
2000	7	7	NF
2005	7	6	NF
2010	7	7	NF

Fonte: Freedom House⁴²²

Os valores da tabela supra traduzem e comprovam o explicado no contexto histórico-político já apresentado. A Guiné Equatorial tem um regime que não respeita os direitos políticos e as

⁴²⁰As mais recentes foram as eleições legislativas e municipais em Maio de 2008 (com o PDGE a conseguir 99 dos 100 lugares do Parlamento), as presidenciais de Novembro de 2009, que Obiang venceu com 95,4% dos votos e um referendo constitucional que visava aumentar os poderes presidenciais, aprovado com 97,7% dos votos).

⁴²¹No entanto, este poder é apenas formal, visto a vida política do país ser dominada pelo Presidente.

⁴²²NF = Não Livre, de acordo com o inglês *Not Free*.

liberdades civis dos seus cidadãos. No relatório anual *Freedom of the World* da *Freedom House*, pode ler-se que a Guiné Equatorial é “one of the most repressive states in sub Saharan Africa” (Freedom House, 2012). O relatório fala, ainda, na subida recente do número de prisões arbitrárias feitas pelo regime. A falta de independência do sistema judicial, o controlo apertado às forças da oposição, a autorização da censura e os altos níveis de corrupção do país, cuja vida económica é dominada pela família do Presidente Obiang (o artigo cita os *rankings* da ONG *Transparency International* de 2011, que colocam a Guiné Equatorial na 172ª posição, num total de 183 países) são outras das críticas apontadas ao regime. Um outro ponto do relatório digno de nota é a proibição feita aos meios de comunicação social⁴²³, impedindo-os de transmitir notícias relacionadas com as revoltas nos países árabes. O único jornalista que mencionou a Líbia numa peça noticiosa foi suspenso e espancado pela segurança do Secretário de Estado da rádio e televisão do país. Para além destas acções repressoras, existem ainda outras, como as repetidas perseguições aos imigrantes.

A Guiné Equatorial é um dos países mencionados no relatório *Worst of the Worst* de 2011 (última edição) da *Freedom House*, que reúne os países e territórios que obtiveram uma média entre 6,5 e 7 nos *rankings* do *Freedom of the World*.

Economia

Segundo dados do *World Factbook* da CIA e do Departamento de Estado norte-americano, a Guiné Equatorial tem um PIB de 26,6 mil milhões de dólares e um PIB per capita de 19 mil e 300 dólares. A economia é altamente impulsionada pela produção e exportação de petróleo. O petróleo e produtos derivados foram responsáveis, em 2010, por 97% do total de exportações, o que explica que o crescimento económico flutue de acordo com os preços do crude no mercado mundial: esta é a razão pela qual, depois de 2009, quando o PIB cresceu 5,9%, houve uma retracção de -0,8% em 2010. O *World Factbook* estima um crescimento de 7,1% em 2011. Os EUA são o maior destinatário das exportações da Guiné Equatorial, que tem na China o principal mercado de importações. As principais importações da Guiné Equatorial prendem-se com equipamento para o sector petrolífero, materiais de construção e veículos.

Conclusão

Recapitulemos as conclusões dos estudos mencionados no início. De acordo com a tipologia de regimes apresentada por Bogaards (2009), a Guiné Equatorial é um regime autoritário fechado, visto corresponder ao domínio de um partido único sobre o aparelho estatal, bem como uma liderança personalista – no caso, do Coronel Obiang e da sua família, como a citação de Hyden (2006) no início deste ensaio assim atesta.

No seu estudo, Hadenius e Teorell (2006) apontavam um regime autoritário multipartidário como o que menos resistência oferece numa transição para a democracia. O facto da Guiné Equatorial não o ser, não permitindo o debate que esses regimes autoritários multipartidários têm forçosamente de aceitar não indicia que uma transição para a democracia esteja na calha para breve. As conclusões de Bratton e van der Walle (1997) – de que essa transição é facilitada quando existe um nível mínimo de competição – também não se verificam na Guiné Equatorial, nem dentro, nem fora do PDGE: o Coronel Obiang e o seu filho Theodoro dominam o partido, que por sua vez domina o aparelho de estado e o país.

Gandhi e Przeworski (2007) referem que se necessário os regimes autoritários, se necessário, recorrem a algum grau de abertura política na procura de uma base de apoio e dão como possibilidades os autocratas ao comando desses regimes permitirem membros da oposição no Parlamento. Estas conclusões parecem verificar-se na Guiné Equatorial. Depois de pressões

⁴²³Todos sob o monopólio do estado, à excepção da RTV-Avonga, uma companhia de rádio e televisão cujo proprietário é o filho do Presidente Obiang; o seu putativo sucessor.

internacionais em 1991, o coronel Obiang prometeu um regime multipartidário que, embora nunca tenha chegado a existir na prática e as eleições desde então tenham sido consideradas fraudulentas, existe um membro da oposição no Parlamento. Mais claro é outro exemplo, também referido anteriormente neste ensaio, que dá conta de Obiang ter feito uma coligação com 9 pequenos partidos políticos. No entanto, a oposição é atentamente viajada e controlada pelo regime logo não podemos tratar este assunto com a clareza necessária.

Quanto ao estudo de Harber (2002) em que é defendido que os regimes autoritários atrasam o crescimento económico, não podemos saber qual seria o nível de crescimento do PIB da Guiné Equatorial se esta fosse uma democracia⁴²⁴. Um aspecto do estudo parece-nos, no entanto, inevitável de concluir: dos seis malefícios que Harber defende que os autoritarismo trazem, pelo menos dois parecem ser verificáveis. Este são o florescimento da corrupção que os regimes autoritários provocam e o clima de intimidação e repressão contínuos que trazem consigo. Como já referido no ensaio, um relatório da *Transparency International* coloca a Guiné Equatorial em 172º lugar no ranking dos países mais corruptos (em ordem crescente), num total de 183. Quanto ao clima de repressão, os *rankings* da *Freedom House* falam por si.

Finalmente, analisemos os dois estudos de Smith (2004) e Jensen e Warchekon (2004), começando por este último. Os seus autores defendem que entre 1975 e 1990 os países ricos em recursos tenderam a ter mais regimes autoritários. Ora, a Guiné Equatorial só descobriu reservas petrolíferas em 1996 e portanto o estudo não se aplica. Já quanto às conclusões de Smith (2004), segundo o qual os regimes com petróleo verificam menos protestos e tendem a ter uma maior durabilidade, é difícil verificar a sua aplicabilidade à Guiné Equatorial visto o regime ter mantido um apertado controlo sobre os direitos políticos e liberdades civis praticamente desde a independência. Independentemente disso, e tendo em conta as conclusões dos outros estados e a nossa própria análise, o regime autoritário na Guiné Equatorial parece solidamente instalado e sem sinais de reforma num futuro próximo.

References:

Websites

Site oficial da *African Elections Database*. Consultado a 6 de Junho de 2012 em <http://africanelections.tripod.com/gq.html>

Site oficial da *CIA World Factbook*, Consultado a 6 de Junho de 2012 em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

Site oficial do Departamento de Estado Norte-Americano, página sobre a Libéria. Consultado a 6 de Junho de 2012 em <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/7221.htm>

Site oficial da *Freedom House*. Consultado a 6 de Junho de 2012 em <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-world/2012/equatorial-guinea>

Artigos

Bogaards, Matthijs. 2009. "How to classify hybrid regimes? Defective democracy and electoral authoritarianism". *Democratization*, 16: 399-423

Collier, David e Levitsky, Steven. 1997. "Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research". *World Politics*, 49: 430-451

Diamond, Larry. 2002. "Thinking about Hybrid Regimes". *Journal of Democracy*, 13: 21-35

Dick, Andrew. 1974. "Authoritarian versus Nonauthoritarian Approaches to Economic Development". *Journal of Political Economy*, 82: 817-827

⁴²⁴ Nem podemos comparar retroactivamente porque, desde a sua independência, a Guiné Equatorial foi sempre um regime autoritário comandado pela mesma família: primeiro o tio, depois o sobrinho.

- Gandhi, Jennifer e Przeworski, Adam. 2007. "Authoritarian Institutions and the Survival of Autocrats". *Comparative Political Studies*, 40: 1278-1301
- Geddes, Barbara. 2006. "Why Parties and Elections in Authoritarian Regimes?". UCLA
- Hadenius, Axel e Teorell, Jan. 2006. "Authoritarian Regimes: Stability, Change, and Pathways To Democracy, 1972–2003". Kellogg Institute Working Paper #331
- Harber, Clive. 2002. "Education, Democracy and Poverty Reduction in Africa". *Comparative Education*, 38: 267-276
- Jensen, Nathan e Wantchekon, Leonard. 2004. "Resource Wealth and Political Regimes in Africa". *Comparative Political Studies*, 37: 816-841
- Livros
- Ake, Claude. 1996. *Democracy and development in Africa*. Washington, D.C.: Brookings Institution
- Bratton, Michael, and Nicolas Van de Walle. 1997. *Democratic experiments in Africa: regime transitions in comparative perspective*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press
- Hyden, Goran. 2006. *African Politics in Comparative Perspective*. New York: Cambridge University Press
- Meredith, Martin. 2005. *State of Africa*. London: Free Press
- Young, Tom. 2010. *Africa: a Beginners' Guide*. London